



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639150 - TO (2021/0004839-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : BRUNA GONCALVES ABOU ANNI
ADVOGADO : BRUNA GONÇALVES ABOU ANNI - SP402311
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
PACIENTE : WILLY NORMAN SCHAFFER BUITRAGO (PRESO)
CORRÉU : DIONATHAN DIOGO MARQUES DO COUTO
CORRÉU : LUCAS DE OLIVEIRA PENHA
CORRÉU : MURILLO RIBEIRO DE SOUZA COSTA
CORRÉU : VILTON BORGES PEREIRA DE CARVALHO
CORRÉU : NIVALDO DA CONCEICAO LEVEL
CORRÉU : GEVERSON BUENO LAGARES
CORRÉU : RICARDO DE MIRANDA FRIAS
CORRÉU : SERGIO MAIA FLORES
CORRÉU : EDUARDO ANDRE DE MELO
CORRÉU : DIEGO MAURÍCIO BLANCO BLANCO
CORRÉU : ANDRES FELIPE CORREA BLANCO
CORRÉU : FRANCISCO BRAGA MARTINS JUNIOR
CORRÉU : RAIMUNDO ALMEIDA DA SILVA
CORRÉU : JOAO DOS REMEDIOS AZEVEDO
CORRÉU : EDINALDO SOUZA SANTOS
CORRÉU : RICARDO BRITTES FERREIRA
CORRÉU : AMAURI MOURA SILVEIRA
CORRÉU : GIOVANE ROSA DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLY NORMAN SCHAFFER BUITRAGO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1017368-39.2020.4.01.0000).

O paciente foi preso preventivamente em 3/7/2019 pela suposta prática dos delitos previstos no art. 2º da Lei n. 12.850/13 e no art. 35 da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, além do excesso de prazo, visto que a instrução processual ainda não foi iniciada e a última revisão da

prisão foi realizada há mais de 140 dias.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a necessidade de manutenção da prisão preventiva contra o paciente e a falta de excesso de prazo (fls. 346-347):

[...]

É relevante consignar que a Lei 13.964/2019 reforça a temporariedade e excepcionalidade da prisão cautelar, impondo ao juízo que a decretou a revisão da sua necessidade a cada 90 dias, de forma a não transformá-la em uma execução antecipada de uma pena.

No entanto, demonstrada a revisão pela qual passou a decisão que determinou a segregação cautelar do paciente, sendo a última datada de 14/08/2020, bem como os pressupostos à manutenção do decreto de prisão preventiva, e em se tratando de acusado foragido, denego a ordem de habeas corpus.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente